

Transenergia Renovável S.A.

Demonstrações Contábeis Regulatórias
Referentes ao Exercício Findo em
31 de Dezembro de 2021 e
Relatório do Auditor Independente

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes Ltda.

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da
Transenergia Renovável S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis regulatórias da Transenergia Renovável S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. As demonstrações contábeis regulatórias foram elaboradas pela Administração com base no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico - MCSE, aprovado pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL por meio da Resolução Normativa nº 605, de 11 de março de 2014.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis regulatórias acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Transenergia Renovável S.A. em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com o MCSE, aprovado pela ANEEL por meio da Resolução Normativa nº 605, de 11 de março de 2014.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis regulatórias". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

Base de elaboração das demonstrações contábeis regulatórias

Chamamos a atenção para a nota explicativa nº 2 às demonstrações contábeis regulatórias, que descreve a base de elaboração dessas demonstrações contábeis regulatórias, elaboradas para auxiliar a Companhia a cumprir os requisitos da ANEEL. Consequentemente, essas demonstrações contábeis regulatórias podem não ser adequadas para outros fins. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Outros assuntos

Auditoria societária

A Companhia elaborou um conjunto de demonstrações contábeis regulatórias separado para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (demonstrações financeiras societárias), sobre o qual emitimos relatório de auditoria independente, com data de 26 de janeiro de 2022.

A Deloitte refere-se a uma ou mais entidades da Deloitte Touche Tohmatsu Limited, uma sociedade privada, de responsabilidade limitada, estabelecida no Reino Unido ("DTTL"), sua rede de firmas-membro, e entidades a ela relacionadas. A DTTL e cada uma de suas firmas-membro são entidades legalmente separadas e independentes. A DTTL (também chamada "Deloitte Global") não presta serviços a clientes. Consulte www.deloitte.com/about para obter uma descrição mais detalhada da DTTL e suas firmas-membro.

A Deloitte oferece serviços de auditoria, consultoria, assessoria financeira, gestão de riscos e consultoria tributária para clientes públicos e privados dos mais diversos setores. A Deloitte atende : quatro de cada cinco organizações listadas pela Fortune Global 500®, por meio de uma rede globalmente conectada de firmas-membro em mais de 150 países, trazendo capacidades de classe global, visões e serviços de alta qualidade para abordar os mais complexos desafios de negócios dos clientes. Para saber mais sobre como os cerca de 286.200 profissionais da Deloitte impactam positivamente nossos clientes, conecte-se a nós pelo Facebook, LinkedIn e Twitter.

Responsabilidades da Administração pelas demonstrações contábeis regulatórias

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis regulatórias de acordo com o MCSE, aprovado pela ANEEL por meio da Resolução Normativa nº 605, de 11 de março de 2014, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis regulatórias, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela Administração da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis regulatórias

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis regulatórias, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

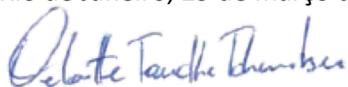
- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis regulatórias, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis regulatórias ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis regulatórias, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis regulatórias representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Rio de Janeiro, 29 de março de 2022



DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes Ltda.
CRC nº 2 SP 011609/O-8 "F" RJ



Diego Wailer da Silva
Contador
CRC nº 1 RS 074562/O-3

Transenergia Renovável S.A.

CNPJ: 10.553.895/0001-45

Balço patrimonial regulatório em 31 de dezembro de 2021*(Em milhares de Reais)*

Ativo	explicativa	31.12.2021	31.12.2020	Passivo	explicativa	31.12.2021	31.12.2020
Ativo circulante				Passivo circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	9.030	18.658	Fornecedores	9	441	1.015
Concessionárias e permissionárias	6	7.929	8.016	Empréstimos e financiamentos	10.a	-	17.458
Tributos compensáveis		33	33	Debêntures		10.247	
Outros ativos circulantes		<u>340</u>	<u>454</u>	Obrigações estimadas		73	70
Total do ativo circulante		<u>17.332</u>	<u>27.161</u>	Tributos		1.101	1.016
Ativo não circulante				Dividendos declarados	13.c	7.011	216
Aplicações financeiras	5	11.381	4.828	Outros passivos circulantes	11	<u>2.805</u>	<u>3.643</u>
Depósitos judiciais e cauções		461	501	Total do passivo circulante		<u>21.678</u>	<u>23.418</u>
Imobilizado	7.1	254.786	264.984	Passivo não circulante			
Intangível	7.2	<u>2.930</u>	<u>2.930</u>	Empréstimos e financiamentos	10.a	-	73.518
Total do ativo não circulante		<u>269.558</u>	<u>273.243</u>	Debêntures		<u>108.452</u>	<u>-</u>
Total do ativo		<u>286.890</u>	<u>300.404</u>	Total do passivo não circulante		<u>108.452</u>	<u>73.518</u>
				Patrimônio líquido			
				Capital social	13.a	158.600	220.600
				Reservas de lucros	13.b	26.761	4.251
				Prejuízos acumulados		<u>(28.601)</u>	<u>(21.383)</u>
				Total do patrimônio líquido		<u>156.760</u>	<u>203.468</u>
				Total do patrimônio líquido e total do passivo		<u>286.890</u>	<u>300.404</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias

Transenergia Renovável S.A.
CNPJ: 10.553.895/0001-45
Demonstrações de resultados - Regulatórios

Exercício findo em 31 de dezembro de 2021

(Em milhares de Reais)

	Nota explicativa	31.12.2021	31.12.2020
Operações em continuidade			
Receita / Ingresso			
Disponibilização do sistema de transmissão e distribuição		70.827	66.721
Tributos			
PIS	15.a	(460)	(434)
COFINS	15.a	(2.125)	(2.001)
Encargos - Parcela "A"			
Pesquisa e desenvolvimento - P&D		(591)	(612)
Reserva global de reversão - RGR		(1.815)	(1.668)
Conta de desenvolvimento econômico - CDE		(750)	(707)
Taxa de fiscalização de serviços de energia elétrica - TFSEE		(366)	(334)
Outros encargos		(150)	(125)
Receita líquida		<u>64.570</u>	<u>60.840</u>
Custos gerenciáveis - Parcela "B"			
Pessoal		(754)	(659)
Administradores	8.a	(597)	(798)
Material		(204)	(229)
Serviços de terceiros		(10.845)	(10.795)
Arrendamento e aluguéis		(279)	(248)
Seguros		(139)	(151)
(-) Recuperação de custos		470	-
Tributos		(69)	(76)
Depreciação e amortização		(10.488)	(10.504)
Outros despesas operacionais		(2.802)	(1.071)
Resultado da atividade		<u>38.863</u>	<u>36.309</u>
Resultado financeiro			
Despesas financeiras	14	(15.388)	(7.164)
Receitas financeiras	14	1.491	584
Resultado antes dos impostos sobre os lucros		<u>24.966</u>	<u>29.729</u>
Imposto de renda	15.b	(1.764)	(1.454)
Contribuição social	15.b	(899)	(773)
Lucro líquido do exercício		<u><u>22.303</u></u>	<u><u>27.502</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

Transenergia Renovável S.A.

CNPJ: 10.553.895/0001-45

Demonstrações de resultados abrangentes - Regulatórios

Exercício findo em 31 de dezembro de 2021

(Em milhares de Reais)

	31.12.2021	31.12.2020
Lucro líquido do exercício	22.303	27.502
Outros componentes do resultado abrangente	<u>-</u>	<u>-</u>
Total do resultado abrangente do exercício	<u>22.303</u>	<u>27.502</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

Transenergia Renovável S.A.

CNPJ: 10.553.895/0001-45

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercício findo em 31 de dezembro de 2021

(Em milhares de Reais)

	Capital social	Reserva de lucros		Prejuízos acumulados	Total
		Legal	Retenção de lucros		
Saldo em 31 de dezembro de 2019 (Reapresentado)	220.600	3.557	-	(28.643)	195.514
Dividendos distribuídos	-	-	-	(19.332)	(19.332)
Resultado do exercício	-	-	-	27.502	27.502
Destinação do resultado do exercício					
Reserva legal	-	46	-	(46)	-
Dividendo mínimo obrigatório por ação	-	-	-	(216)	(216)
Constituição reserva de retenção de lucros	-	-	648	(648)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2020	220.600	3.603	648	(21.383)	203.468
Redução de capital	(62.000)	-	-	-	(62.000)
Resultado do exercício	-	-	-	22.303	22.303
Destinação do resultado do exercício					
Reserva legal	-	1.476	-	(1.476)	-
Dividendo mínimo obrigatório por ação	-	-	-	(7.011)	(7.011)
Constituição reserva de retenção de lucros	-	-	21.034	(21.034)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2021	158.600	5.079	21.682	(28.601)	156.760

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias

Transenergia Renovável S.A.
CNPJ: 10.553.895/0001-45
Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto

Exercício findo em 31 de dezembro de 2021

(Em milhares de Reais)

	31.12.2021	31.12.2020
Fluxo de caixa de atividades operacionais		
Lucro líquido do exercício	22.303	27.502
Ajustes em:		
Juros dos empréstimos	4.365	6.987
Juros, variação monetária e custo de transação sobre debêntures	10.783	-
Rendimentos de aplicações financeiras	(296)	(113)
Depreciação	10.488	10.504
(Aumento) redução nos ativos operacionais:		
Concessionárias e permissionárias	87	(675)
Outros ativos	154	(162)
Aumento (redução) nos passivos operacionais:		
Fornecedores	(574)	159
Tributos	2.321	2.124
Obrigações estimadas	3	(1)
Obrigações trabalhistas	-	(26)
Outros passivos	(840)	(11)
Juros pagos	(7.983)	(3.813)
Imposto de renda e contribuição social pagos	(2.236)	(1.911)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	<u>38.575</u>	<u>40.564</u>
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Aplicações financeiras	(6.257)	274
Aquisição de imobilizado	(290)	(248)
Caixa líquido aplicado/gerado pelas atividades de investimento	<u>(6.547)</u>	<u>26</u>
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Dividendos pagos	(216)	(28.500)
Redução de capital	(62.000)	-
Captação de debêntures	119.642	-
Pagamento de empréstimos - principal	(99.082)	(8.105)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento	<u>(41.656)</u>	<u>(36.605)</u>
(Redução)/Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	<u>(9.628)</u>	<u>3.985</u>
Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa	18.658	14.673
Saldo final de caixa e equivalentes de caixa	<u>9.030</u>	<u>18.658</u>
(Redução)/Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	<u>(9.628)</u>	<u>3.985</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias

(Em milhares de Reais)

1 Informações gerais

1.1 Setor Elétrico no Brasil

O setor de energia elétrica no Brasil é regulado pelo Governo Federal, atuando por meio do Ministério de Minas e Energia (“MME”), o qual possui autoridade exclusiva sobre o setor elétrico. A política regulatória para o setor é implementada pela Agência Nacional de Energia Elétrica (“ANEEL”).

De acordo com os contratos de concessão de transmissão, a Companhia está autorizada a cobrar a Tarifa de Uso dos Sistema de Transmissão (TUST). As tarifas são reajustadas anualmente na mesma data em que ocorrem os reajustes das Receitas Anuais Permitidas (RAP) das concessionárias de transmissão. Esse período tarifário inicia-se em 1º de julho do ano de publicação das tarifas até 30 de junho do ano subsequente.

O serviço de transporte de grandes quantidades de energia elétrica por longas distâncias, no Brasil, é feito utilizando-se de uma rede de linhas de transmissão e subestações em tensão igual ou superior a 230 kV, denominada Rede Básica. Qualquer agente do setor elétrico, que produza ou consuma energia elétrica tem direito à utilização desta Rede Básica, como também o consumidor, atendidas certas exigências técnicas e legais. Este é o chamado Livre Acesso, assegurado em Lei e garantido pela ANEEL.

A operação e administração da Rede Básica é atribuição do Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS, pessoa jurídica de direito privado, autorizado do Poder Concedente, regulado e fiscalizado pela ANEEL, e integrado pelos titulares de geração, transmissão, distribuição e também pelos consumidores com conexão direta à rede básica. O ONS tem a responsabilidade de gerenciar o despacho de energia elétrica das usinas em condições otimizadas, envolvendo o uso dos reservatórios das hidrelétricas e o combustível das termelétricas do sistema interligado nacional.

O pagamento do uso da transmissão aplica-se também à geração da Itaipu Binacional. Entretanto, devido às características legais dessa usina, os encargos correspondentes são assumidos pelas concessionárias de distribuição detentoras das respectivas quotas-partes da potência da usina.

1.2 Contexto operacional

A Transenergia Renovável S.A. (“TER” ou “Companhia”), sediada na cidade do Rio de Janeiro, foi constituída em 18 de dezembro de 2008 sob a forma de sociedade por ações de capital fechado, criada pelo consórcio Transenergia Renovável, atualmente formado por Furnas Centrais Elétricas S.A. (49%) e Gebbras Participações Ltda. (51%), vencedor do Lote C do Leilão nº 008/2008 da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL).

Atuando no setor de transmissão de energia elétrica, a Companhia é responsável pela construção, pela operação e pela manutenção de linhas de transmissão e subestações localizadas nos Estados de Goiás, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, com o objetivo de escoar a energia excedente dos processos de cogeração de sete usinas de açúcar e álcool presentes na região.

1.3 Da concessão

No dia 23 de abril de 2009, a Companhia assinou com a União, através da ANEEL, o Contrato de Concessão nº 009/2009 - Instalação de Transmissão de Rede Básica, que regula a Concessão de Serviço Público de Transmissão de Energia Elétrica, pelo prazo de 30 (trinta) anos, para implantação, operação e manutenção das seguintes instalações de transmissão, que se encontram em operação e estão distribuídas em áreas dos Estados de Goiás, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul:

- (i) LT 230 kV CD Chapadão - Jataí e LT Morro Vermelho - Alto Taquari, localizadas nos Estados de Goiás, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul.
- (ii) LT 230 kV CS Barra dos Coqueiros - Quirinópolis, localizada no Estado de Goiás.
- (iii) LT 230 kV CS Palmeiras - Edeia, localizada no Estado de Goiás.
- (iv) Implantação e Ampliação das Subestações associadas, localizadas nos Estados de Goiás, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul.
- (v) Instalações de Transmissão de Interesse Exclusivo das Centrais de Geração para Conexão Compartilhada (ICG) e Instalações de Interesse Exclusivo e Caráter Individual das Centrais de Geração (IEG), referentes à LT Chapadão - Jataí; à LT Morro Vermelho - Alto Taquari; e à LT Edeia - Tropical Bioenergia I.

As instalações acima entraram em operação comercial nas seguintes datas: LT Chapadão – Jataí entrou em operação em dezembro de 2012, LT Morro Vermelho – Alto Taquari entrou em operação em março de 2013, LT Barra dos Coqueiros – Quirinópolis entrou em operação em abril de 2011 e a LT Palmeiras – Edeia entrou em operação parcial em fevereiro de 2012 e total em maio de 2013. Os equipamentos e as instalações relativos a ICG e IEG deverão ser transferidos em 1º de julho de 2025, sem ônus, à concessionária de distribuição local, exceto os transformadores integrantes das ICG e suas conexões. Após a transferência dos ativos ICG e IEG, a Companhia deverá assinar o Contrato de Conexão ao Sistema de Transmissão (CCT) relativos aos pontos de conexão com a rede básica com a concessionária de distribuição em substituição aos CCTs pactuados entre a Companhia e as centrais de geração.

A prestação do serviço público de transmissão ocorrerá mediante o pagamento à transmissora da Receita Anual Permitida (RAP) a ser auferida a partir da data de disponibilização para operação comercial das instalações de transmissão. Conforme a última Resolução Homologatória nº 2.895/2021, emitida pela ANEEL, o valor anual definido para a RAP, no ciclo 2021-2022, é de R\$72.432, incluindo os impostos reembolsáveis. Essa receita será corrigida anualmente no mês de julho pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), nos termos da cláusula sexta do contrato de concessão. Além disso, a ANEEL procederá à revisão da RAP, durante o período da concessão, em intervalos periódicos de cinco anos, contados do primeiro mês de julho subsequente à data da assinatura do contrato de concessão. A Companhia adota como procedimento contábil o reconhecimento dos impactos de reajuste tarifário quando eles são homologados pela Resolução emitida pelo poder concedente.

O recebimento da RAP referente a ICG e IEG encerra-se em junho de 2025 e, a partir dessa data, os valores considerados nos fluxos de caixa futuros serão reduzidos em 69%, consequentemente a RAP representaria R\$22.454 do total atualmente faturado.

Os montantes faturados pela Companhia estão sujeitos aos seguintes encargos regulatórios:

- Reserva Geral de Reversão (RGR) - Encargo do setor elétrico pago mensalmente pelas empresas concessionárias de energia elétrica, com a finalidade de prover recursos para reversão, expansão e melhoria dos serviços públicos de energia elétrica. Seu percentual anual equivale a 2,6% da receita operacional.

- Taxa de Fiscalização de Serviços de Energia Elétrica (TFSEE) - Taxa de fiscalização incidente sobre a transmissão de energia elétrica, devida mensalmente, sendo seu valor fixado pelos despachos emitidos no início de cada ano pela ANEEL e proporcionais ao porte do serviço concedido, considerando o valor econômico agregado pelo concessionário, sendo seu percentual anual equivalente a 0,4% da receita operacional.
- Pesquisa & Desenvolvimento do Setor Elétrico (P&D) - Investimento aplicado em pesquisa e desenvolvimento do setor elétrico equivalente ao percentual anual de 1% da receita operacional líquida.

Conforme previsto no contrato de concessão, o atraso na construção das linhas de transmissão incorrido por ocorrências não imputáveis à transmissora não resulta em penalidades por parte das autoridades reguladoras à concessionária. Nesse sentido, a Companhia formalizou o pleito de alteração do cronograma de implantação do empreendimento, por entender que o atraso no término das obras se deu por situações não imputáveis à transmissora. Por meio do Despacho nº. 1.355/2021, a ANEEL decidiu por dar parcial provimento ao requerimento protocolado pela Companhia, aprovando a recomposição do prazo de concessão em 399 (trezentos e noventa e nove) dias. Em razão da referida decisão, foi celebrado o 5º Termo Aditivo ao Contrato de Concessão nº. 009/2009, que alterou para 26 de maio de 2040 a data do término da concessão.

A transmissora deverá executar reforços e melhorias nas instalações de transmissão da rede básica objeto deste contrato, nos termos da Resolução Normativa nº 443/2011, auferindo as correspondentes receitas, tendo em vista a adequada prestação do serviço público de transmissão de que é titular.

A extinção da concessão determinará, de pleno direito, a reversão ao Poder Concedente dos bens vinculados ao serviço, procedendo-se aos levantamentos e às avaliações, bem como à determinação do montante da indenização devida à transmissora, observados os valores e as datas de sua incorporação ao sistema elétrico. Em 31 de dezembro de 2021, a Administração estima que o valor de indenização é de R\$40.043, valor este correspondente a estimativa do valor residual contábil do ativo imobilizado conforme demonstrações contábeis regulatórias elaboradas de acordo com o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico (MCSE).

Sem prejuízo das penalidades cabíveis e das responsabilidades incidentes, a ANEEL poderá intervir na concessão, nos termos da Lei nº 8.987/1995, a qualquer tempo, para assegurar a prestação adequada do serviço público de transmissão ou o cumprimento, pela transmissora, das normas legais, regulamentares e contratuais, após prévio pagamento da indenização das parcelas dos investimentos vinculados a bens reversíveis, ainda não depreciados, que tenham sido realizados pela Transmissora.

A critério exclusivo da ANEEL e para assegurar a continuidade e a qualidade do serviço público, o prazo da concessão poderá ser prorrogado por, no máximo, igual período, de acordo com o que dispõe os arts. 6º e 11º da Lei nº 12.783/2012, mediante requerimento da transmissora. A eventual prorrogação do prazo da concessão estará subordinada ao interesse público e à revisão das condições estipuladas no contrato de concessão.

1.4 Coronavírus (“COVID-19”)

(a) Contexto geral

Em 11 de março de 2020, a Organização Mundial da Saúde declarou o surto de Coronavírus (COVID - 19) como uma pandemia. A imensa maioria dos governos, nos cinco continentes, passou a adotar medidas restritivas para conter a disseminação do vírus, que têm potencial para afetar significativamente a economia global, tendo em vista a interrupção ou desaceleração da cadeia de suprimentos e o aumento significativo da incerteza econômica, considerando o aumento na volatilidade dos preços dos ativos, das taxas de câmbio e a queda das taxas de juros de longo prazo. As principais economias do Mundo e os principais blocos econômicos vêm estudando pacotes de estímulos econômicos expressivos para superar a potencial recessão econômica que estas medidas de mitigação da propagação do COVID-19 possam provocar.

No Brasil, os Poderes Executivo e Legislativo da União publicaram diversos atos normativos para prevenir e conter a pandemia, assim como mitigar os respectivos impactos na economia, com destaque para o Decreto Legislativo nº 6, publicado em 20 de março de 2020, que declara o estado de calamidade pública. Os governos estaduais e municipais também publicaram diversos atos normativos buscando restringir a livre circulação de pessoas e as atividades comerciais e de serviços, além de viabilizar investimentos emergenciais na área da saúde.

(b) Medidas de assistência governamental adotadas pela Companhia

Diante do cenário descrito anteriormente, diversas medidas de auxílio econômico e financeiro foram introduzidas pelos três níveis de administração da Federação Brasileira, com o objetivo de auxiliar as empresas na mitigação dos efeitos da pandemia, com destaque para as seguintes, que foram adotadas pelas companhias:

- (i) Postergação do recolhimento do PIS e da COFINS, relativos às competências março abril e maio para os meses de agosto, outubro e novembro de 2020;
- (ii) Adesão à suspensão, por prazo de seis meses, do pagamento das parcelas vincendas de 15 de junho de 2020 até 15 de novembro de 2020 do empréstimo junto ao BNDES.

Nenhuma nova medida foi adotada em 2021, além das citadas acima.

O setor de energia entende que tais diretrizes deverão respeitar, em qualquer circunstância, o direito ao equilíbrio econômico-financeiro das Concessões, em conformidade com as cláusulas contidas nos respectivos Contratos firmados com o Poder Concedente e com as diretrizes divulgadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica –ANEEL.

(c) Medidas adotadas pela Companhia para auxílio à sociedade

A Companhia decidiu adotar o teletrabalho para seus colaboradores, cujas atividades sejam compatíveis com essa modalidade de trabalho para evitar deslocamentos e potencial risco de contágio.

(d) Impactos nas demonstrações financeiras

Os possíveis impactos do COVID-19 divulgados no exercício findo em 31 de dezembro de 2021, foram baseados nas melhores estimativas da Administração e estão limitados aos últimos dias de fevereiro de 2022. Esses eventos poderão afetar temporariamente os resultados dos negócios em 2022, porém, caso isto ocorra, haverá gradualmente um retorno previsível à normalidade, de modo que não são esperados impactos significativos quanto à recuperabilidade dos investimentos nos negócios no longo prazo da Companhia. Com base nessas premissas, a Companhia revisitou suas bases orçamentárias e não observou impactos projetados relevantes durante o exercício de 2022.

2 Base de preparação e apresentação das demonstrações contábeis regulatórias

As demonstrações contábeis para fins regulatórios foram preparadas e estão sendo apresentadas de acordo com o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico (MCSE), aprovado pela ANEEL por meio da resolução normativa nº. 605 de 11 de março de 2014.

Essas demonstrações contábeis regulatórias são separadas das demonstrações contábeis estatutárias societárias da Companhia. Há diferenças entre as práticas contábeis adotadas no Brasil e a base de preparação das informações previstas nas demonstrações para fins regulatórios, uma vez que as instruções contábeis para fins regulatórios especificam um tratamento ou divulgação alternativos em certos aspectos. Quando as instruções contábeis regulatórias não tratam de uma questão contábil de forma específica, faz-se necessário seguir as práticas contábeis adotadas no Brasil. As informações financeiras distintas das informações preparadas totalmente em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil podem não representar necessariamente uma visão verdadeira e adequada do desempenho financeiro ou posição financeira e patrimonial de uma empresa e apresentar diferença de valores pela aplicação diferenciada de algumas normas contábeis societária e regulatória. Estas diferenças estão explicadas na Nota Explicativa nº 20, para melhor entendimento do leitor.

Em 31 de dezembro de 2021, avaliamos a capacidade da Companhia em continuar operando normalmente e estamos certos de que suas operações têm capacidade de geração de recursos para dar continuidade aos negócios no futuro. Não temos conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a capacidade da Companhia em continuar operando.

2.1 Base de mensuração

As demonstrações contábeis regulatórias foram preparadas com base no custo histórico, exceto quando indicado de outra forma.

2.2 Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas demonstrações contábeis regulatórias são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as demonstrações contábeis regulatórias apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2.3 Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações contábeis regulatórias, a Administração utilizou estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados dos ativos, dos passivos, das receitas e das despesas. As estimativas e as respectivas premissas estão baseadas na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e as premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

2.4 Data de aprovação das demonstrações contábeis regulatórias

As demonstrações contábeis regulatórias foram aprovadas e autorizadas para emissão pela Diretoria em 29 de março de 2022.

3 Principais práticas contábeis regulatórias

A Companhia aplicou as políticas contábeis regulatórias descritas abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações contábeis regulatórias.

a. Receita operacional

A receita operacional do curso normal das atividades da Companhia é medida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. As receitas são reconhecidas quando ou conforme a entidade satisfaz as obrigações de performance assumidas no contrato com o cliente, e somente quando houver um contrato aprovado; for possível identificar os direitos; houver substância comercial e for provável que a entidade receberá a contraprestação à qual terá direito.

A Companhia reconhece a receita de prestação de serviços de transmissão em conformidade com o Contrato de Concessão através da Receita Anual Permitida (RAP) emitida pela ANEEL por meio das Resoluções Homologatórias.

b. Instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros somente são reconhecidos a partir da data em que a Companhia se torna parte das disposições contratuais dos instrumentos financeiros. Quando reconhecidos, são inicialmente registrados ao seu valor justo acrescido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à sua aquisição ou à sua emissão. Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia não possui nenhum tipo de instrumento financeiro derivativo.

A classificação depende da finalidade dos ativos e dos passivos financeiros e é determinada na data do reconhecimento inicial. Todas as aquisições ou alienações normais de ativos e passivos financeiros são reconhecidas ou baixadas com base na data de negociação.

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

(i) Ativos financeiros

Os ativos financeiros são classificados nas seguintes categorias específicas: custo amortizado, valor justo por meio de outros resultados abrangentes e valor justo por meio do resultado.

Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia apresentou instrumentos financeiros classificados como custo amortizado e valor justo por meio do resultado.

Custo amortizado

São incluídos nessa classificação os ativos financeiros não derivativos com recebimentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. São registrados no ativo circulante, exceto, nos casos aplicáveis, aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data do balanço, os quais são classificados como ativo não circulante.

Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por impairment. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o impairment são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

Em 31 de dezembro de 2021, os ativos financeiros da Companhia, classificados nesta categoria, compreendiam as seguintes contas: “Caixa e bancos”, “Concessionárias e permissionárias” e “Outros créditos”.

Valor justo por meio do resultado

Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado compreendem ativos financeiros mantidos para negociação, ativos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado ou ativos financeiros a ser obrigatoriamente mensurados ao valor justo.

Ativos financeiros com fluxos de caixa que não sejam exclusivamente pagamentos do principal e juros são classificados e mensurados ao valor justo por meio do resultado. As variações líquidas do valor justo são reconhecidas no resultado.

Em 31 de dezembro de 2021, os ativos financeiros da Companhia, classificados nesta categoria, compreendiam as seguintes contas: “Aplicações financeiras”.

(ii) Passivos financeiros

Os passivos financeiros, incluindo financiamentos, são inicialmente mensurados pelo valor justo, líquidos dos custos da transação. Posteriormente, são mensurados pelo valor de custo amortizado, utilizando o método de juros efetivos, e a despesa financeira é reconhecida com base na remuneração efetiva.

O método de juros efetivos é utilizado para calcular o custo amortizado de um passivo financeiro e alocar sua despesa de juros pelo respectivo período. A taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente os fluxos de caixa futuros estimados ao longo da vida estimada do passivo financeiro ou, quando apropriado, por um período menor para o reconhecimento inicial do valor contábil líquido.

Em 31 de dezembro de 2021, os passivos financeiros da Companhia classificados como custo amortizado compreendiam “Outras contas a pagar”, “Fornecedores”, “Debêntures”, “Dividendos” e “Obrigações Estimadas”.

c. Caixa e equivalentes de caixa

Compreendem aos valores mantidos em caixa, bancos e aplicações financeiras com liquidez imediata e risco insignificante de mudança de valor.

d. Concessionárias e permissionárias

Correspondem aos recebíveis do contrato de concessão de serviços, compreendendo os valores decorrentes de Instalações de Transmissão de Rede básica (RBL), Instalações de Transmissão de Interesse Exclusivo e Caráter Individual das Centrais de Geração (IEG) e Instalações de Transmissão de Interesse Exclusivo de Centrais de Geração para Conexão Compartilhada (ICG).

e. Imobilizado em serviço e em curso

Registrado ao custo de aquisição ou construção. A depreciação é calculada pelo método linear, tomando-se por base os saldos contábeis registrados conforme legislação vigente. As taxas anuais de depreciação estão determinadas nas tabelas anexas à Resolução vigente emitida pelo Órgão Regulador. O valor residual é determinado considerando a premissa de existência de indenização de parcela não amortizada de bens pela taxa de depreciação regulatória e o prazo de vigência da outorga (concessão, permissão e/ou autorização). O valor residual de um ativo pode aumentar ou diminuir em eventuais processos de revisão das taxas de depreciação regulatória. O resultado na alienação ou na retirada de um item do ativo imobilizado é determinado pela diferença entre o valor da venda e o saldo contábil do ativo e é reconhecido no resultado do exercício.

f. Intangível

Registrado ao custo de aquisição ou realização. A amortização, quando for o caso, é calculada pelo método linear. Os encargos financeiros, juros e atualizações monetárias incorridos, relativos a financiamentos obtidos de terceiros vinculados ao intangível em andamento, são apropriados aos intangíveis em curso durante o período de formação do ativo.

g. Despesas antecipadas

Correspondem aos prêmios de seguros pagos antecipadamente que serão apropriados de acordo com a vigência das apólices.

h. Demais ativos circulantes e não circulantes

São apresentados pelo valor líquido de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias incorridas.

i. Passivo circulante e não circulante

São demonstrados pelos valores conhecidos e calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias incorridas, previstas contratualmente.

j. Impostos e contribuições

A tributação sobre o lucro compreende o imposto de renda e a contribuição social, adotando a sistemática de lucro presumido. As despesas do imposto de renda e da contribuição social corrente são calculadas de acordo com a legislação tributária vigente. O imposto de renda é computado a uma alíquota de 15%, acrescentada do adicional de 10% sobre o lucro presumido a uma alíquota de 8%. A contribuição social foi calculada à alíquota de 9% sobre o lucro antes do imposto de renda presumido a uma alíquota de 12%.

Quando aplicável, os impostos sobre a renda e a contribuição social diferidos ("impostos diferidos") são reconhecidos sobre as diferenças temporárias na data do balanço entre os saldos de ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações contábeis regulatórias e as bases fiscais correspondentes usadas na apuração do lucro tributável.

k. Redução ao valor recuperável de ativos (“Impairment”)

A cada exercício, a Companhia revisa o valor contábil de seus ativos para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante dessa perda, se houver. O montante recuperável é o maior valor entre o valor justo menos os custos na venda ou o valor em uso.

A Companhia não identificou perdas por redução ao valor recuperável de ativos a serem reconhecidas nos exercícios apresentados.

l. Provisões para riscos trabalhistas, fiscais e cíveis

As provisões são reconhecidas para obrigações presentes (legal ou presumida) resultantes de eventos passados, em que seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja provável. O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa das considerações requeridas para liquidar a obrigação no final de cada período de relatório, considerando-se os riscos e as incertezas relativos à obrigação. Quando a provisão é mensurada com base nos fluxos de caixa estimados para liquidar a obrigação, seu valor contábil corresponde ao valor presente desses fluxos de caixa (em que o efeito do valor temporal do dinheiro é relevante).

m. Demonstrações dos fluxos de caixa (“DFC”)

A Companhia classifica nas demonstrações de fluxos de caixa os juros pagos como atividade operacional, por entender que os juros pagos não representam custos para obtenção de recursos financeiros.

4 Caixa e equivalentes de caixa

	31/12/2021	31/12/2020
Caixa	3	3
Bancos	245	1.123
Aplicações financeiras	8.782	17.532
Total	9.030	18.658

O saldo de aplicações financeiras apresenta a seguinte composição:

Instituição financeira	Tipo de aplicação	Remuneração	31/12/2021	31/12/2020
Banco Itaú	FUNDO SOBERANO DI LP	98% CDI	-	634
Banco Itaú	CDB DI	98% CDI	8.782	16.898
Total			8.782	17.532

Os equivalentes de caixa em moeda nacional possuem liquidez imediata são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.

A exposição da Companhia a riscos de taxas de juros para ativos e passivos financeiros são divulgadas na nota explicativa 17.

5 Aplicações financeiras vinculadas (Caixa restrito)

Refere-se à aplicação restrita para garantia do contrato de financiamento firmado com o Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social (“BNDES”) e corresponde a um multiplicador do valor da última prestação mensal paga do serviço da dívida, incluindo pagamentos de principal, juros e demais acessórios da dívida. Em relação às debêntures, o banco depositário fará mensalmente a transferência para a conta reserva do valor correspondente a 1/6 (um sexto) da próxima prestação do serviço da dívida, até que os montantes nela depositados correspondam ao valor do pagamento da próxima parcela de amortização do valor atualizado, acrescido da remuneração. As principais informações estão descritas a seguir:

Instituição financeira	Tipo de aplicação	Remuneração	31/12/2021	31/12/2020
Banco Itaú	Fundo Soberano DI LP	95% DI	-	4.828
Banco Itaú	Fundo TOP REF DI	116,20% CDI (*)	11.381	-
			<u>11.381</u>	<u>4.828</u>

(*) Rentabilidade relativa ao benchmark dos últimos 12 meses.

A exposição da Companhia a riscos de taxas de juros para ativos e passivos financeiros são divulgadas na nota explicativa 17.

6 Concessionárias e permissionárias

Refere-se à apuração do valor a receber dos usuários do sistema de transmissão informado mensalmente pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS), os quais possuem seguro garantia.

	31/12/2021	31/12/2020
Concessionárias e permissionárias	<u>7.929</u>	<u>8.016</u>
Total	<u>7.929</u>	<u>8.016</u>

7 Imobilizado e intangível

Os ativos imobilizados e intangíveis estão registrados ao custo de aquisição, ou de construção. As adições subsequentes são reconhecidas inicialmente pelo valor justo na data de sua aquisição ou construção.

7.1 Imobilizado

Imobilizado - R\$ Mil	Valor Bruto em 31/12/2020	Adições (A)	Baixas (B)	Valor Bruto em 31/12/2021	Depreciação Acum.	Valor Líquido em 31/12/2021	Valor Líquido em 31/12/2020
Ativo Imobilizado em Serviço							
Transmissão	344.113	-	(8)	344.105	(95.173)	248.932	259.413
Terrenos	200	-	-	200	-	200	200
Edificações, obras civis e benfeitorias	15.220	-	-	15.220	(4.981)	10.239	10.756
Máquinas e equipamentos	328.693	-	(8)	328.685	(90.192)	238.493	248.457
Administração	310	26	-	336	(176)	160	149
Máquinas e equipamentos	264	25	-	289	(157)	132	120
Móveis e utensílios	46	1	-	47	(19)	28	29
Subtotal	344.423	26	(8)	344.441	(95.349)	249.092	259.562
Ativo Imobilizado em Curso							
Transmissão	5.422	272	-	5.694	-	5.694	5.422
Material em depósito	4.136	272	-	4.408	-	4.408	4.136
Depósitos judiciais	1.286	-	-	1.286	-	1.286	1.286
Subtotal	5.422	272	-	5.694	-	5.694	5.422
Total do Ativo Imobilizado	349.845	298	(8)	350.135	(95.349)	254.786	264.984

Demonstração da depreciação

	Taxas anuais médias de depreciação (%)	2021			2020
		Bruto	Depreciação e amortização acumulados	Valor líquido	Valor líquido
Em serviço					
Transmissão					
Custo histórico	3,40%	344.105	(95.173)	248.932	259.413
Administração					
Custo histórico	11,06%	336	(176)	160	149
		344.441	(95.349)	249.092	259.562

Principais taxas de depreciação

	Taxas anuais de depreciação (%)
Transmissão	
Autotransformadores	2,86%
Barramentos	2,50%
Chave Seccionadora	3,33%
Disjuntor	3,03%
Edificações	3,33%
Para-raios	4,17%
Torres autoportantes	2,70%
Administração	
Máquinas e equipamentos	16,67%
Móveis e utensílios	6,25%

7.2 Intangível

	Valor custo em 2020	Valor custo em 2021	Amortização acumulada	Valor líquido em 2021	Valor líquido em 2020
Ativo intangível em serviço					
Transmissão					
Servidões	2.930	2.930	-	2.930	2.930
Subtotal	2.930	2.930	-	2.930	2.930
Administração					
Softwares	110	110	(110)	-	-
Subtotal	110	110	(110)	-	-
Total do ativo intangível	3.040	3.040	(110)	2.930	2.930

8 Transações com partes relacionadas

A Administração identificou como partes relacionadas seus acionistas, as outras companhias ligadas aos mesmos acionistas, seus administradores, seus conselheiros e os demais membros do pessoal-chave da Administração e seus familiares, conforme definições contidas no Pronunciamento Técnico CPC 05 (R1) - Divulgações sobre partes relacionadas. As transações com partes relacionadas ocorridas nos períodos reportados e seus efeitos estão descritos a seguir:

a. Remuneração dos administradores

No exercício findo em 31 de dezembro de 2021, a remuneração dos administradores, totalizou R\$ 597 (R\$ 798 em 2020), sendo registrada como despesas administrativas no resultado.

	31/12/2021	31/12/2020
Remuneração	(484)	(673)
Encargos	(113)	(125)
Total	(597)	(798)

b. Dividendos a pagar

	31/12/2021	31/12/2020
Furnas Centrais Elétricas	3.435	106
Gebbras Participações	3.576	110
Total	7.011	216

9 Fornecedores

	31/12/2021	31/12/2020
Cel Engenharia	-	470
Confiança Segurança	-	100
Confiança Serviços	-	85
STK Sistemas	50	50
Mcj Engenharia	86	86
Itaca Assessoria	-	36
Buriti Serviços	30	-
Buriti Segurança	39	-
André Luiz da Silva	20	-
Outros	216	188
Total	441	1.015

10 Empréstimos e financiamentos

a. Composição

	Taxa anual de juros	31/12/2021	31/12/2020
BNDES Subcrédito A	TJLP + 2,38% a.a.		13.428
BNDES Subcrédito B	TJLP + 2,38% a.a.		47.926
BNDES Subcrédito C	TJLP + 2,38% a.a.		1.976
BNDES Subcrédito D	TJLP + 2,38% a.a.		8.534
BNDES Subcrédito E	TJLP + 1,98% a.a.		8.382
BNDES Subcrédito F	TJLP		500
Itaú Giro	TJLP + 7,58%a.a.		10.230
Total			90.976
Circulante			17.458
Não circulante			73.518

A movimentação dos empréstimos e financiamentos está demonstrada a seguir:

Saldo em 31 de dezembro de 2019	95.907
Provisões de juros	6.987
Juros pagos	(3.813)
Amortização de principal	(8.105)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	90.976
Provisões de juros	4.365
Juros pagos	(4.684)
Amortização de principal	(90.657)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	-

A Companhia efetuou a liquidação antecipada dos empréstimos junto ao BNDES e FCO em julho de 2021.

11 Debêntures

A Companhia realizou a 1ª (primeira) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, com garantia real, atualizadas monetariamente pelo IPCA, para distribuição pública com esforços restritos, nos termos da instrução CVM 476, no montante de R\$123.000. Com amortização e pagamento de juros semestrais, sendo o primeiro vencimento em 15 de dezembro de 2021 e o último pagamento em 15 de junho de 2033.

Os recursos obtidos pela Companhia com a oferta restrita serão destinados (i) ao pré-pagamento do Contrato de Financiamento junto ao BNDES, (ii) à redução do capital social da Companhia, nos termos aprovados pela ANEEL por meio do Despacho ANEEL nº 3.664 de 23 de dezembro de 2020, e da Assembleia Geral Extraordinária da Companhia realizada em 8 de março de 2021; e (iii) distribuição de dividendos aos Acionistas.

a. Composição

	Taxa anual de juros	31/12/2021	31/12/2020
Itaú BBA	IPCA + 6,0405% a.a.	59.349	-
BTG Pactual	IPCA + 6,0405% a.a.	59.350	-
Total		118.699	-
Circulante		10.247	-
Não circulante		108.452	-

A movimentação das debêntures está demonstrada a seguir:

Saldo em 31 de dezembro de 2020	-
Captação	119.642
Provisão de juros	4.203
Variação monetária	6.440
Juros pagos	(3.299)
Amortização de principal	(8.425)
Apropriação custos de transação	138
Saldo em 31 de dezembro de 2021	118.699

b. Garantias

A Companhia, através do “Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos, Administração de Contas e Outras Avenças”, cedeu e transferiu fiduciariamente, em garantia aos Debenturistas, a totalidade dos direitos creditórios de que é titular, emergentes do Contrato de Concessão nº 009/2009 - ANEEL, firmado com a

União, representada pela ANEEL, e do Contrato de Prestação de Serviços de Transmissão CPST nº 013/2009 firmado com o Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS). As intervenientes Furnas e Gebbras alienaram e transferiram fiduciariamente em garantia aos Debenturistas, representados pelo agente fiduciário, em caráter irrevogável e irretroatável, a partir da assinatura do referido instrumento e até a liquidação de todas as obrigações assumidas, a totalidade das ações de emissão da Companhia de sua titularidade.

c. Covenants

O contrato contém cláusulas restritivas sobre o nível de endividamento em relação a determinadas informações financeiras, manutenção de conta reserva de repasse em conformidade com o Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD) apurado, distribuição de dividendos, cessão de créditos, fusão, incorporação ou qualquer reestruturação societária, as quais, se ocorrerem, devem ser previamente autorizadas pelos debenturistas. Caso ocorra algum desses eventos sem anuência dos debenturistas, os saldos em aberto terão vencimento antecipado. O contrato ainda prevê o cumprimento de obrigações (*covenants*) não financeiros que se relacionam principalmente a questões sociais e ambientais.

De acordo com as cláusulas contratuais, o ICSD é de, no mínimo, 1,20 (um inteiro e vinte centésimos), cuja medição é realizada anualmente com base nas demonstrações financeiras regulatórias, sendo a primeira verificação realizada com base no exercício findo em 31 de dezembro de 2021. Caso o ICSD mínimo fique no intervalo de 1,10 (um inteiro e dez centésimos), inclusive, e 1,20 (um inteiro e vinte centésimos), exclusive, a Companhia poderá curar o inadimplemento mediante depósito em conta vinculada, do valor necessário ao atingimento do ICSD mínimo, o qual deverá ser efetuado anteriormente à apresentação do cálculo anual do ICSD mínimo, de forma que sejam considerados em seu cálculo os valores depositados na conta de complementação do ICSD.

Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia está em conformidade com a referida cláusula de *covenants*, conforme cálculo abaixo, definido no contrato.

i. Índice de cobertura da dívida

	31/12/2021
Lucro/(Prejuízo) regulatório antes do imposto de renda	24.965
(+) Resultado financeiro líquido	13.897
(+) Depreciação	10.488
EBITDA (conforme metodologia do Contrato)	49.350
A) Geração de caixa da atividade	
EBITDA (conforme metodologia do Contrato)	49.350
(-) IRPJ/CSLL (Pagamentos)	(2.236)
(+/-) Variação capital giro	5.673
	<u>52.787</u>
B) Serviço da dívida do contrato de debêntures	
(+) Amortização do principal	18.163
(+) Pagamento de juros	7.101
	<u>25.264</u>
C) Índice de cobertura da dívida (A/B)	2,09

12 Outras contas a pagar

	31/12/2021	31/12/2020
Pesquisa e desenvolvimento – P&D	390	1.654
RGR	158	234
Taxa de fiscalização	1.209	1.098
Antecipação Aviso de Crédito	717	467
Outros	331	190
Total	2.805	3.643

13 Provisões para riscos

A Companhia está envolvida em processos cíveis, tanto na esfera administrativa como na esfera judicial, conforme informações abaixo:

Risco	31/12/2021			31/12/2020		
	Cível	Fiscal	Total	Cível	Fiscal	Total
Provável (a)	-	-	-	40	-	40
Possível (b)	1.875	1.986	3.861	1.621	1.240	2.861
Total	1.875	1.986	3.861	1.661	1.240	2.901

- a. **Processos prováveis:** compõe-se de um processo movido pela Caravelos Móveis, alegando que as partes assinaram um contrato de aluguel de imóvel. O valor estimado atualizado da causa é R\$40, valor este já depositado em juízo. O processo foi finalizado em 19 de maio de 2021.
- b. **Processos possíveis:** compõem-se basicamente de um processo de R\$2.315, movido pelo IBAMA, que alega que a Companhia deixou de atender condicionantes da licença de operação e um processo R\$1.240 que requer o pagamento adicional de ICMS de substituição tributária sobre entradas de material elétrico no Estado de Goiás.

14 Patrimônio líquido

a. Capital social

O capital subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2021 é de R\$ 158.600, representado por 220.600.000 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal.

Acionistas	31/12/2021			31/12/2020		
	Quantidade de ações ordinárias	% do capital	Valor	Quantidade de ações ordinárias	% do capital	Valor
FURNAS Centrais Elétricas S.A.	108.094.000	49	77.714	108.094.000	49	108.094
GEBBRAS Participações Ltda.	112.506.000	51	80.886	112.506.000	51	112.506
Total	220.600.000	100	158.600	220.600.000	100	220.600

No dia 04 de outubro de 2021 a Companhia efetuou a redução de capital e a devolução para os Acionistas no montante de R\$ 62.000, de acordo com a Ata da 30ª Assembleia Geral Extraordinária, realizada no dia 24 de agosto de 2021.

b. Reserva de lucros

A reserva de lucros está composta por reserva legal e reserva de retenção de lucros. A reserva legal é constituída com base em 5% do lucro do exercício e limitada a 20% do capital social, conforme legislação societária e definido no estatuto social da Companhia. A reserva de retenção de lucros é deliberada anualmente em Assembleia Geral Ordinária - AGO.

A apuração da reserva legal e dividendo mínimo obrigatório a partir do lucro líquido societário está demonstrada a seguir:

	31/12/2021	31/12/2020
Lucro líquido do exercício	29.521	20.242
Absorção de prejuízos	-	(19.332)
Reserva legal (5%)	(1.476)	(46)
Lucro líquido do exercício ajustado	28.045	864
Dividendo mínimo obrigatório (25%)	7.011	216
Reserva de retenção de lucros	21.034	648

A movimentação das reservas de lucros está demonstrada a seguir:

Saldo das reservas de lucro em 31 de dezembro de 2020	4.251
Constituição da reserva de retenção de lucros	22.510
Saldo das reservas de lucro em 31 de dezembro de 2021	26.761

c. Dividendos

Cada ação ordinária dá direito a um voto nas deliberações da Assembleia Geral e fará jus a um dividendo mínimo obrigatório de 25% (vinte e cinco por cento) do lucro ajustado nos termos da Lei nº 6.404/76. No exercício findo em 31 de dezembro de 2021, a Companhia pagou o valor de R\$ 216, referente a dividendos de exercícios anteriores.

A movimentação dos dividendos está demonstrada a seguir:

Saldo de dividendos em 31 de dezembro de 2020	216
Distribuição de dividendos	(216)
Dividendos mínimos obrigatórios	7.011
Saldo de dividendos em 31 de dezembro de 2021	7.011

15 Resultado Financeiro

	31/12/2021	31/12/2020
Receitas financeiras		
Rendimento de aplicações financeiras	1.473	575
Outras receitas financeiras	18	9
	1.491	584
Despesas financeiras		
Juros s/empréstimos e financiamentos e debêntures	(8.568)	(6.987)
Atualizações monetárias	(6.484)	(39)
Outras despesas financeiras	(336)	(138)
	(15.388)	(7.164)
Total do resultado financeiro	(13.897)	(6.580)

16 Impostos e contribuições

a. PIS e COFINS - Deduções da receita

	31/12/2021	31/12/2020
Receita anual permitida (RAP)	70.827	66.721
Alíquota de PIS e COFINS	3,65%	3,65%
Imposto corrente no resultado	(2.585)	(2.435)

b. Imposto de renda e contribuição social

	31/12/2021		31/12/2020	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Receita Anual Permitida (RAP) – Recebimentos (efeito caixa)	70.827	70.827	66.721	66.721
Percentual de presunção	8%	12%	8%	12%
(=) Lucro presumido	5.666	8.499	5.338	8.007
Receitas financeiras	1.485	1.485	576	576
Base de cálculo	7.151	9.984	5.914	8.583
Alíquota do imposto de renda e da contribuição social	15%	9%	15%	9%
Valores do IRPJ e da CSLL	(1.073)	(899)	(887)	(773)
Adicional de 10% - IRPJ	(691)	-	(567)	-
Imposto corrente no resultado	(1.764)	(899)	(1.454)	(773)

17 Instrumentos financeiros

a. Classificação dos instrumentos financeiros

Ativos financeiros em 31 de dezembro de 2021

	Classificação de acordo com o CPC 48 / IFRS 09	Valor contábil de acordo com o CPC 48 / IFRS 09	Nível valor justo
Caixa e Equivalente de caixa	Custo amortizado/Valor justo por meio do resultado	9.030	2
Aplicações financeiras	Valor justo por meio do resultado	11.381	2
Concessionárias e permissionárias	Custo amortizado	7.929	
Outros créditos	Custo amortizado	340	
		28.680	

Passivos financeiros em 31 de dezembro de 2021

	Classificação de acordo com o CPC 48 / IFRS 09	Valor contábil de acordo com o CPC 48 / IFRS 09	Nível valor justo
Debêntures	Custo amortizado	118.699	
Fornecedores	Custo amortizado	441	
Outras contas a pagar	Custo amortizado	2.805	
		121.945	

Ativos financeiros em 31 de dezembro de 2020

	Classificação de acordo com o CPC 48 / IFRS 09	Valor contábil de acordo com o CPC 48 / IFRS 09 (Reapresentado)	Nível valor justo
Caixa e Equivalente de caixa	Custo amortizado/Valor justo por meio do resultado	18.658	2
Aplicações financeiras	Valor justo por meio do resultado	4.828	2
Concessionárias e permissionárias	Custo amortizado	8.016	
Outros créditos	Custo amortizado	454	
		31.956	

Passivos financeiros em 31 de dezembro de 2020

	Classificação de acordo com o CPC 48 / IFRS 09	Valor contábil de acordo com o CPC 48 / IFRS 09 (Reapresentado)	Nível valor justo
Empréstimos e financiamentos	Custo amortizado	90.976	
Fornecedores	Custo amortizado	1.015	
Outras contas a pagar	Custo amortizado	3.643	
		<hr/>	
		95.634	

b. Hierarquia do valor justo dos instrumentos financeiros

Os diferentes níveis foram definidos conforme: (a) Nível 1 - preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos; (b) Nível 2 - “inputs”, exceto preços cotados, incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, direta (preços) ou indiretamente (derivado de preços); e (c) Nível 3 - premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (“inputs” não observáveis).

A Administração considera que os valores contábeis dos demais ativos e passivos financeiros não mensurados ao valor justo, reconhecidos nessas informações financeiras, se aproximam dos seus valores justos.

c. Gerenciamento de riscos

A Companhia está exposta aos seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros: risco de crédito, risco de liquidez e risco de mercado.

(i) Risco de crédito

Risco de crédito é o risco de a Companhia incorrer em perdas financeiras caso o cliente ou uma contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais.

Em relação ao contas a receber, a Companhia possui o direito contratual de receber um ativo financeiro e historicamente a Companhia não possui títulos vencidos relevantes. Além disso, os usuários do sistema de transmissão são obrigados a fornecer garantias financeiras administradas pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS).

(ii) Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco em que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos em caixa ou com outro ativo financeiro. A abordagem na administração do risco de liquidez é o acompanhamento do fluxo de caixa e a requisição de aportes dos acionistas, quando identificada a necessidade.

(iii) Risco de mercado

Risco de mercado é o risco que alterações nos preços de mercado — tais como as taxas de juros e os preços de ações — irão afetar os ganhos da Companhia. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis, e, ao mesmo tempo, otimizar o retorno.

Riscos relacionados às aplicações financeiras

A Companhia adota política conservadora de aplicação dos recursos e a maior parte destes é alocada em Certificados de Depósitos Bancários. Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia não possui aplicações de caráter especulativo tampouco outros ativos de risco.

Riscos relacionados à taxa de juros

Na Companhia, o principal fator de risco é a possibilidade de ocorrerem perdas por conta de flutuações nas taxas de juros (IPCA).

(iii) Análise de sensibilidade de variações nas taxas de juros

As operações da Companhia são indexadas preponderantemente com taxas prefixadas e atreladas à variação do CDI e da IPCA.

Os cenários de exposição dos instrumentos financeiros (empréstimos e financiamentos e aplicações financeiras) indexados à taxa de juros foram montados com base nas curvas apuradas em 31 de dezembro de 2021, averiguando-se o impacto nas despesas e nas receitas financeiras, para o caso da variável de risco CDI e IPCA, no período de um ano. O Cenário I corresponde às taxas de juros informadas no site do Banco Central, e, na avaliação da Administração, é o cenário mais provável de se realizar nas datas de vencimento de cada uma das operações. Para os Cenários II e III, considerou-se uma elevação e uma redução de 25% e 50% nas variáveis de risco.

Premissas para a análise de sensibilidade:

Variável de risco	Risco	Exposição	Cenário provável (*)	Queda de 25%	Queda de 50%
CDI (%)	Redução do CDI		4,42	3,32	2,21
Aplicações financeiras		11.381	503	378	251

(*) Conforme dados divulgados pelo Banco Central do Brasil - BACEN

Premissas para a análise de sensibilidade:

Variável de risco	Risco	Exposição	Cenário provável (*)	Aumento de 25%	Aumento de 50%
IPCA (%)	Aumento do IPCA		10,03	12,54	15,05
Debêntures		118.699	11.906	14.885	17.864

(*) Conforme dados divulgados pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES

18 Seguros

A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. O resumo das apólices vigentes em 31 de dezembro de 2021 é como segue:

	Valor Segurado	Vigência
Administradores	30.000	30/04/2021 a 30/04/2022
Risco operacional	39.325	30/04/2021 a 30/04/2022
Responsabilidade civil geral	6.000	30/04/2021 a 30/04/2022

19 Questões ambientais

As condicionantes definidas no licenciamento ambiental expedido pela Secretaria de Meio Ambiente, Recursos Hídricos, Infraestrutura, Cidades e Assuntos Metropolitanos – SECIMA e pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA estão sendo regularmente cumpridas pela Companhia.

20 Conciliação das demonstrações societárias para regulatórias

Para fins estatutários, a Companhia seguiu a regulamentação societária para a contabilização e elaboração das demonstrações contábeis societárias, sendo que para fins regulatórios, seguiu a regulamentação regulatória, determinada pela ANEEL. Dessa forma, uma vez que há diferenças entre as práticas societárias e regulatórias, faz-se necessária a apresentação da reconciliação das informações apresentadas seguindo as práticas regulatórias com as informações apresentadas seguindo as práticas societárias.

Transenergia Renovável S.A.
Demonstrações contábeis regulatórias em
31 de dezembro de 2021

Balanco patrimonial (Em milhares de Reais)	31/12/2021			31/12/2020		
	Demonstrações societárias	Ajustes	Demonstrações regulatórias	Demonstrações societárias	Ajustes	Demonstrações regulatórias
Ativo circulante						
Caixa e equivalentes de caixa	9.030	-	9.030	18.658	-	18.658
Concessionárias e permissionárias	7.929	-	7.929	8.016	-	8.016
Tributos compensáveis	33	-	33	33	-	33
Contas a receber (ativo de contrato)	20.1 52.838	(52.838)	-	48.675	(48.675)	-
Outros créditos	340	-	340	454	-	454
Total do ativo circulante	70.170	(52.838)	17.332	75.836	(48.675)	27.161
Ativo não circulante						
Aplicações financeiras	11.381	-	11.381	4.828	-	4.828
Contas a receber (ativo de contrato)	20.1 253.851	(253.851)	-	261.210	(261.210)	-
Depósitos judiciais e cauções	461	-	461	501	-	501
Imobilizado	20.2 295	254.491	254.786	339	264.645	264.984
Intangível	20.2 -	2.930	2.930	-	2.930	2.930
Total do ativo não circulante	265.988	3.570	269.558	266.878	6.365	273.243
Total do ativo	336.158	(49.268)	286.890	342.714	(42.310)	300.404
Passivo circulante						
Fornecedores	441	-	441	1.015	-	1.015
Empréstimos e financiamentos	-	-	-	17.458	-	17.458
Debêntures	10.247	-	10.247	-	-	-
Impostos correntes a pagar	1.101	-	1.101	1.016	-	1.016
Obrigações estimadas	73	-	73	70	-	70
Dividendos a pagar	7.011	-	7.011	216	-	216
Outras contas a pagar	2.832	(27)	2.805	3.715	(72)	3.643
Total do passivo circulante	21.705	(27)	21.678	23.490	(72)	23.418
Passivo não circulante						
Empréstimos e financiamentos	-	-	-	73.518	-	73.518
Debêntures	108.452	-	108.452	-	-	-
Impostos diferidos	20.3 20.640	(20.640)	-	20.855	(20.855)	-
Total do passivo não circulante	129.092	(20.640)	108.452	94.373	(20.855)	73.518
Patrimônio líquido						
Capital social	158.600	-	158.600	220.600	-	220.600
Reserva de lucros	26.761	-	26.761	4.251	-	4.251
Prejuízos acumulados	20.5 -	(28.601)	(28.601)	-	(21.383)	(21.383)
Total do patrimônio líquido	185.361	(28.601)	156.760	224.851	(21.383)	203.468
Total do patrimônio líquido e total do passivo	336.158	(49.268)	286.890	342.714	(42.310)	300.404

Demonstração de resultado		31/12/2021			31/12/2020		
<i>(Em milhares de Reais)</i>		Demonstrações societárias	Ajustes	Demonstrações regulatórias	Demonstrações societárias	Ajustes	Demonstrações regulatórias
Receita líquida	20.4	61.490	3.080	64.570	42.673	18.167	60.840
Lucro bruto		61.490	3.080	64.570	42.673	18.167	60.840
Pessoal		(449)	-	(449)	(405)	-	(405)
Serviços de terceiros		(9.420)	-	(9.420)	(9.848)	-	(9.848)
Depreciação e amortização		-	(10.472)	(10.472)	-	(10.472)	(10.472)
Outros custos operacionais		(655)	271	(384)	(910)	149	(761)
Total dos custos operacionais		(10.524)	(10.201)	(20.725)	(11.163)	(10.323)	(21.486)
Pessoal e administradores		(902)	-	(902)	(1.053)	-	(1.053)
Serviços de terceiros		(1.425)	-	(1.425)	(947)	-	(947)
Depreciação e amortização		(64)	48	(16)	(70)	38	(32)
Outras receitas (despesas)		(2.589)	(50)	(2.639)	(964)	(49)	(1.013)
Total das despesas operacionais		(4.980)	(2)	(4.982)	(3.034)	(11)	(3.045)
Receitas financeiras		1.491	-	1.491	584	-	584
Despesas financeiras		(15.392)	4	(15.388)	(7.172)	8	(7.164)
Resultado financeiro líquido		(13.901)	4	(13.897)	(6.588)	8	(6.580)
Resultado antes dos impostos		32.085	(7.119)	24.966	21.888	7.841	29.729
Imposto de renda e contribuição social	20.3	(2.564)	(99)	(2.663)	(1.646)	(581)	(2.227)
Lucro líquido do exercício	20.6	29.521	(7.218)	22.303	20.242	7.260	27.502

A seguir são detalhadas a natureza e explicações dos ajustes apresentados entre a contabilidade societária e a regulatória:

20.1 Contas a receber (ativo de contrato)

A concessão da Companhia foi classificada dentro do modelo de ativo contratual, a partir de 1º de janeiro de 2018, conforme adoção do CPC 47 - Receita de Contrato com Clientes. O ativo contratual se origina na medida em que a concessionária satisfaz a obrigação de construir e implementar a infraestrutura de transmissão, sendo a receita reconhecida ao longo do tempo do projeto, porém o recebimento do fluxo de caixa está condicionado à satisfação da obrigação de desempenho de operação e manutenção. Mensalmente, à medida que a Companhia opera e mantém a infraestrutura, a parcela do ativo contratual equivalente à contraprestação daquele mês pela satisfação da obrigação de desempenho de construir torna-se um ativo financeiro, pois nada mais além da passagem do tempo será requerida para que o referido montante seja recebido. Os benefícios deste ativo são os fluxos de caixa futuros.

O valor do ativo contratual das concessionárias de transmissão de energia é formado por meio do valor presente dos seus fluxos de caixa futuros. O fluxo de caixa futuro é estimado no início da concessão, ou na sua prorrogação, e as premissas de sua mensuração são revisadas na Revisão Tarifária Periódica (RTP).

Na contabilidade societária são efetuados lançamentos, com expectativa de direito incondicional de receber caixa (indenização), e atualizações dos saldos.

Esses lançamentos foram realizados em atendimento ao disposto no CPC 47 – Receita de Contrato de Clientes, mas que para fins de contabilidade regulatória, tais práticas não são adotadas e, desta forma, apresenta-se ajustes nesta conciliação de saldos contábeis societários e regulatórios.

As diferenças identificadas entre o Ativo de contrato e o Ativo Imobilizado Regulatório, ocorrem em função da aplicação do CPC 47 na contabilidade societária. Essas normas orientam os concessionários sobre a forma de contabilização de concessões de serviços públicos a entidades privadas e define os princípios gerais de reconhecimento e mensuração das obrigações e direitos relacionados aos contratos de concessão de serviços.

20.2 Imobilizado/Intangível

Considerando que para fins regulatórios deverá ser adotada a estrutura vigente no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico, onde todos os investimentos realizados nas construções das linhas de transmissão são registrados como ativo imobilizado/intangível, todos os efeitos decorrentes da aplicação do CPC 47 foram eliminados nas demonstrações contábeis regulatórias, incluindo os impactos fiscais reconhecidos sobre as diferenças temporárias oriundas da aplicação desta interpretação.

Com a adoção do CPC 47 nas demonstrações financeiras societárias, o ativo imobilizado/intangível da Companhia foi reconhecido como ativo de contrato. Para fins regulatórios deverá ser adotada a estrutura vigente no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico, ou seja, como ativo imobilizado/intangível, sendo depreciado em conformidade com o referido manual.

20.3 Tributos diferidos

Os ajustes são decorrentes substancialmente do reconhecimento de receitas de construção e remuneração oriundos da adoção do CPC 47, e foram mensurados pelas alíquotas aplicáveis nos períodos nos quais se espera que seja liquidado, com base nas alíquotas previstas na legislação tributária vigente no final de cada exercício, considerando, inclusive, o final do período de fruição do benefício fiscal.

20.4 Receita

Para fins regulatórios, foram ajustados os valores reconhecidos no exercício referente às receitas de operação e manutenção, receita de construção e indenização e remuneração do ativo de contrato, decorrentes da aplicação do CPC 47. A receita para fins regulatórios é registrada na rubrica de receita de disponibilização do sistema de transmissão, eliminando assim os efeitos do CPC 47.

- (i) **Receita de construção:** durante a fase de implantação, a receita é reconhecida pelo valor justo e os respectivos custos transformados em despesas relativas ao serviço prestado. Na contabilização dessas receitas a Administração da Companhia avalia questões relacionadas à responsabilidade primária pela prestação dos serviços, mesmo nos casos em que haja a terceirização dos serviços, custos de gerenciamento e/ou acompanhamento da obra, levando em consideração que os projetos devem cobrir os custos em questão, além de determinadas despesas do período.
- (ii) **Receita de remuneração:** corresponde à remuneração do investimento na implantação de infraestrutura e é calculada com base na aplicação da taxa de juros efetiva, que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos de caixa futuros estimados durante o prazo de vigência do instrumento sobre o valor do investimento.

Receita de operação e manutenção: após a fase de implantação de infraestrutura inicia-se a fase de operação e manutenção, na qual essa receita é reconhecida pelo valor justo de maneira suficiente para cobrir os respectivos custos.

20.5 Conciliação do patrimônio líquido societário e regulatório

	31/12/2021	31/12/2020
Saldos do exercício societário	185.361	224.851
Efeito dos ajustes entre contabilidades societária e regulatória:		
Efeito do ativo de contrato	(49.241)	(42.238)
Efeito dos impostos	20.640	20.855
Saldos do exercício regulatório	156.760	203.468

20.6 Conciliação do lucro líquido societário e regulatório

	31/12/2021	31/12/2020
Resultado líquido conforme contabilidade societária	29.521	20.242
Efeito dos ajustes entre contabilidades societária e regulatória:		
Efeito do ativo de contrato	(7.119)	7.841
Efeito dos impostos	(99)	(581)
Resultado líquido regulatório	22.303	27.502

* * *

José Mauro Martins Leone
Diretor-presidente

Credibile Soluções Contábeis e Emp. S/S
Leandro Borges Jordão
Contador
CRC GO-001605/O